



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL DO BRASIL.**

VALÉRIA VIEIRA PASSOS

FORTALEZA, 17 DE DEZEMBRO DE 2001.

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL DO BRASIL.**

VALÉRIA VIEIRA PASSOS

Orientador: José de Jesus Sousa Lemos

**Monografia apresentada à Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

**FORTALEZA-CE
2001**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Nome do Aluno	Média
José de Jesus Sousa Lemos Prof. Orientador	Nota
Prof. Agamenon Tavares de Almeida Membro da Banca Examinadora	Nota
Prof. Antonio Luiz Abreu Dantas Membro da Banca Examinadora	Nota

Monografia aprovada em 17 de dezembro de 2001.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
SUMÁRIO	ii
ÍNDICE DE TABELAS	iii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	v
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	1
1- OBJETIVOS	5
1.1 - Objetivo Geral	5
1.2 - Objetivos Específicos	5
2 - MARCO CONCEITUAL	6
2.1 - Agricultura Familiar	6
2.2 - Agricultura Convencional	9
2.3 - Desenvolvimento Econômico	11
2.4 - Desenvolvimento Econômico Sustentável	13
2.5 - Assistência Técnica	14
2.6 - Comercialização dos Produtos Agrícolas	16
2.7 - PRONAF	17
3 - FONTE DOS DADOS E METODOLOGIA	20
3.1 - Apresentação dos resultados	21
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1: Grupos de área total do Brasil no ano de 1996.
- Tabela 2: Resumo das respostas de quinze Secretários Executivos Estaduais do PRONAF à pergunta: “Que tipo de obstáculo tem sido criado pelas agências bancárias na concessão de crédito de Custeio e investimento?”
- Tabela 3: Participação percentual de pessoal ocupado e membros não remunerados da família por Estado.
- Tabela 4: Agricultores Familiares – Estabelecimentos, área, VBP e financiamento total segundo as regiões.
- Tabela 5: Agricultores Familiares – Participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, VBP e financiamento total destinado aos agricultores familiares
- Tabela 6: Agricultores familiares e patronais – renda total(RT) e renda monetária(RM) por estabelecimento(Em R\$)
- Tabela 7: Agricultores Familiares – Perc. dos est. e área segundo a condição do produtor
- Tabela 8: Brasil – Agricultores Familiares – Área média dos estabelecimentos segundo os grupos de área total
- Tabela 9: Agricultores Familiares – Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total
- Tabela 10: Agricultores Familiares – Pessoal ocupado, segundo as diferentes formas de ocupação
- Tabela 11: Agricultores Familiares – Percentual de estabelecimentos com empregados permanentes e serviço de empreitada
- Tabela 12: Agricultores Familiares – Acesso a tecnologia e a assistência técnica
- Tabela 13: Agricultores Familiares e Patronais – Investimentos totais, investimento por estabelecimentos e investimento por hectare segundo regiões
- Tabela 13: Agricultores Familiares – Valor dos investimentos e destino (em %) 1995/1996
- Tabela 14: Agricultores Familiar – Percentual do VBP produzido em relação ao VBP total do produto
- Tabela 15: Agricultores Familiar – Percentual do VBP produzido em relação ao VBP total do produto

Tabela 16: Agricultura Familiar – Percentual de estabelecimentos produtores entre os agricultores da categoria (principais produtos)

Tabela 17: Agricultura Familiar – Participação percentual dos produtos na composição do VBP

Tabela 18: Agricultura Familiar – Participação percentual dos estabelecimentos e área segundo os grupos de renda total (em reais)

Tabela 19: Agricultura Familiar – Participação percentual dos estabelecimentos segundo grupos de renda monetária(em reais)

ÍNDICE DE GRÁFICOS



Gráfico 1: Brasil – Agricultores Familiares – Participação percentual das regiões no número de estabelecimentos familiares, área, VBP e financiamento total

Gráfico 2: Área média dos estabelecimentos familiares (em hectare)

Gráfico 3: Área média dos estabelecimentos patronais (em hectare)

Gráfico 4: Renda Total (RT) por hectare/ano dos estabelecimentos familiares e patronais

Gráfico 5: Brasil – Agricultores Familiares – Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total

Gráfico 6: Participação percentual das regiões no total de pessoas ocupadas na agricultura familiar

Gráfico 7: Agricultura Familiar e Patronal – Área (em hectare) por pessoa

Gráfico 8: Participação das categorias e regiões no total dos investimentos em compra de terras

Gráfico 9: Brasil – Percentual do VBP de produtos selecionados produzidos nos estabelecimentos familiares

Gráfico 10: Brasil - Participação percentual de produtos no VBP total da agricultura familiar

Gráfico 11: Brasil – Agricultores Familiares – Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de renda total

RESUMO



A agricultura do tipo familiar é responsável por uma considerável parte da produção dos alimentos que abastecem o Brasil, e a sua importância vem gerando bastante discussão ao longo do tempo. Diante desse debate sobre sua importância e seu papel no desenvolvimento rural do Brasil, ao longo desse trabalho serão analisadas questões como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local.

Assim como também a elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Ao mesmo tempo em que será mostrado que esse tipo de agricultura composta por trabalhadores da própria família, desempenham papéis de grande importância em economias de países desenvolvidos.

Cabe salientar que a agricultura familiar não precisa estar associada a pequena produção e que esteja confinada a pequenas áreas. Este modelo de atividade agrícola pode apresentar diferentes magnitudes dependendo do incentivo técnico e financeiro para sua qualificação. Tendo grande participação na economia brasileira, uma vez que é responsável pela maior fixação de mão-de-obra no meio rural, pelo abastecimento interno, pela geração de renda monetária ou não-monetária e até pela exportação de excedentes em alguns casos.



INTRODUÇÃO

Desde os tempos da colonização brasileira é comum associar a idéia de agricultura a grandes propriedades de terra, onde se produzia basicamente um único produto, como por exemplo, pode-se citar o cultivo da cana-de-açúcar, as grandes fazendas de café, etc.. No entanto, o Brasil é um país de grandes dimensões, clima e terras de tipos variados, favorecendo a diversificação da agricultura, até mesmo devido às suas características naturais. Portanto, no Brasil, essa idéia de agricultura associada à monocultura do tipo patronal é antiga, podendo ser mais um paradigma à ser colocado em cheque.

Dadas as condições naturais que favorecem a agricultura brasileira, não se pode esquecer o fato dela ser importante para o desenvolvimento do país, pois segundo FURTADO(1985, p. 46): *“... não há desenvolvimento sem agricultura, os problemas básicos que o Nordeste do Brasil se defronta são semelhantes aos dos países atrasados economicamente. É necessário adotar políticas que estimulem o seu limitado capital, para administrar melhor sua propriedade, aproveitar eficazmente os recursos de que dispõem, para conservar, armazenar e vender seus produtos. Toda assistência a ser dada ao agricultor, deve ser de conformidade com as peculiaridades do sistema econômico e a capacidade do agricultor, levando em conta suas tradições e crenças.”*

Apesar desta afirmação ter sido feita há mais de quinze anos ela continua atual, tendo em vista as condições atuais do Brasil e do Nordeste. E nesse sentido, pode-se observar que para DE JANVRY(1989), os países da América Latina não serão capazes de sustentar no futuro, um desenvolvimento econômico sem um setor dinâmico produtor de alimentos. As expectativas das exportações das produções mineral e industrial, assim como de produtos tropicais são modestas num futuro próximo.

E o que muitos autores vêm tentando mostrar para os países subdesenvolvidos, é que a agricultura do tipo familiar é decisiva na oferta agropecuária e sua importância econômica no Brasil é avaliada em algo que oscila entre 35% e 45% do valor total da produção no setor, segundo dados baseados no Censo Agropecuário do IBGE de 1995/1996.

Pode-se observar segundo SOUSA (1999) que, a agricultura do tipo familiar, da forma como é praticada nas regiões atrasadas do país, tem a característica de ser praticada em áreas reduzidas, com técnicas rudimentares e mão-de-obra, em sua quase totalidade, formada por membros da própria família, e com vários tipos de culturas produzidas. No entanto a prática agrícola familiar não precisa estar associada à miséria, nem a estabelecimentos que produzem uma pequena produção e que não têm peso no mercado de produtos agrícolas ou que simplesmente sejam consideradas como problema social, isso porque têm grande importância em economias hoje desenvolvidas no mundo.

Para LEMOS (1999), a agricultura familiar tem sua importância baseada na produção de alimentos e matérias-primas, como também é importante na fixação do homem do campo, impedindo que haja incremento do êxodo rural para os grandes centros urbanos, levando esses imigrantes a viverem em condições sub-humanas naqueles centros. Assim exercem elevado grau de importância no processo produtivo do país, através do abastecimento interno e, em alguns casos, pela geração de excedentes exportáveis.

Segundo ROCHA (1996), essa produção do tipo familiar pode ser pequena, média ou grande, dependendo das condições ofertadas de incentivos técnicos e financeiros para a sua qualificação.

Para SIDERSKY & FERRARI (1995) no Brasil, a agricultura é muito heterogênea sob vários aspectos, fato confirmado pelo IBGE(Censo Agropecuário 1995/96). Existem cerca de 4,86 milhões de estabelecimentos agrícolas no país, estando esse número dividido em estabelecimentos ricos, pobres, grandes e pequenos, produtivos

e improdutivos. Este fato vem evidenciar que existe uma distribuição de terras no país de forma concentrada. Com efeito na TABELA 1, mostra-se como a terra está apropriada no Brasil, de acordo com os resultados do último Censo Agropecuário do IBGE. Por esta tabela, observa-se que a grande maioria dos estabelecimentos com menos de 10 hectares de área no país em 1996, representava 49,43% do total de estabelecimentos, e em termos de área total representava apenas 2,23%, enquanto que os estabelecimentos com mais de 1000 hectares de área total corresponde a 45,11% da área ocupada, e representam apenas 1,02% do total de estabelecimentos no país.

No entanto, cabe salientar que segundo JORDAN(1989), a principal causa da pobreza rural na América Latina é sem dúvida, a falta de acesso à terra em tamanho suficiente pela maior parte da população rural. Revelando claramente o profundo dualismo entre estrutura agrária e a incapacidade do resto da economia de oferecer oportunidades suficientes de trabalho em outras atividades para permitir a absorção desse excedente de mão-de-obra rural.

TABELA 1
Brasil: Concentração de Terras
Grupos de área total do Brasil (1996)

Grupos de Área(ha)	Estabelecimentos		Área Ocupada	
	Número	%	Hectare	%
Menos de 10	2.402.374	49,43	7.882.194	2,23
10 a menos de 20	701.417	14,43	9.799.204	2,77
20 a menos de 50	814.695	16,76	25.438.629	7,20
50 a menos de 100	400.375	8,24	27.455.753	7,76
100 a menos de 200	246.314	5,07	32.919.190	9,31
200 a menos de 500	165.243	3,4	50.436.030	14,26
500 a menos de 1000	58.407	1,2	40.186.297	11,36
1000 a menos de 10000	47.174	0,97	108.171.255	30,60
10000 e mais	2.184	0,05	51.322.694	14,51
Sem declaração	21.682	0,45		
TOTAL	4.859.865	100,00	353.611.246	100,00

Fonte: Censo Agropecuário do Brasil, 1995/96

No entanto, observa-se que atualmente o tipo de atividade agrícola baseada na produção familiar vem apresentando a sua participação reduzida na economia brasileira. Entretanto, essa queda não significa perda de importância, é o que está sendo enfatizado segundo ABRAMOVAY(1991, p.209): *”O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturarem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante(...)por mais importantes que não se possa reduzir a família a um tipo idealmente estático, por mais importantes que sejam suas mudanças e mesmo que suas funções tradicionais encontrem-se francamente em crise, não há como negar a particularidade da agricultura no ambiente econômico geral do mundo de hoje.”*

Assim, o presente trabalho tem o intuito de, inicialmente, levantar a questão básica a ser desenvolvida que é a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, para a região Nordeste. Para tanto busca-se mostrar essa importância através da ocupação da mão-de-obra e como geradora de renda para as famílias rurais dessa região. O estudo visa demarcar a dimensão da produção agrícola familiar no cenário da economia dessa região ao mesmo tempo em que analisa tópicos de grande importância como a produção de alimentos e de matérias-primas nesses estabelecimentos familiares.

1 – OBJETIVOS

1.1 – OBJETIVO GERAL

O presente estudo objetiva avaliar a importância da agricultura familiar como empregadora de mão-de-obra e como geradora de renda monetária e não-monetária para as famílias das zonas rurais do Brasil.

1.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos, esse estudo busca:

- a) aferir a importância da agricultura familiar na ocupação da mão-de-obra e na geração de renda para as famílias rurais do Brasil;
- b) demarcar a dimensão da pequena produção agrícola familiar no cenário da economia rural Brasileira;
- c) analisar a capacidade de produção de alimentos e de matérias-primas nesses estabelecimentos no Brasil.



MARCO CONCEITUAL

2.1 – AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com VEIGA (1991, p.21): *“a agricultura moderna nasceu durante os séculos XVIII e XIX em diversas áreas da Europa. Um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que hoje chamamos de Revolução Agrícola, teve papel crucial na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo. Mas esse parto resultou de uma gestação de dez séculos. A fusão das civilizações germânica e romana, que engendrou o feudalismo europeu, começou a aproximar a prática agrícola, propriamente dita, da pecuária. Deixando de serem atividades opostas, para se tornarem cada vez mais complementares, os cultivos e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades européias. E esse longo acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos.”*

No entanto, sabe-se que essa agricultura moderna pode ter como possível solução para essa constante falta de alimentos, a agricultura do tipo familiar, que produz significativa parte dos alimentos para o abastecimento do Brasil, e sua importância vem gerando bastante discussão ao longo do tempo.

Sabe-se que essa discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do Nordeste brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, dentre outros. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade.

Diante de tal discussão, fazem-se necessárias algumas definições de tópicos importantes para o entendimento do processo como um todo. Por exemplo, serão apresentados os conceitos de: agricultura familiar e agricultura patronal, agricultura convencional, agricultura sustentável, desenvolvimento econômico e desenvolvimento econômico sustentável, assistência técnica, comercialização dos produtos agrícolas e PRONAF.

De acordo com a entrevista de ABRAMOVAY (2000) ao GIPAF (Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar), em abril do corrente ano, pode-se afirmar que durante muitos anos, era comum associar o caráter familiar da unidade produtiva ao seu desempenho. Tomavam-se como sinônimos agricultura familiar e pequena produção, produção de baixa renda ou até produção de subsistência. No entanto, a agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos dos mais variados possíveis: são familiares os camponeses andinos, bem como os produtores integrados de nossa região Sul. Da mesma forma, a expressão não pode ser responsável para encobrir as grandes diferenças sociais e econômicas existentes numa região, entre as unidades que se apoiam fundamentalmente na mão-de-obra da família.

Faz-se necessário portanto caracterizar esse tipo de agricultura com base na mão-de-obra familiar através, por exemplo, de informações da FAO/INCRA (2000), que é aquele tipo de agricultura cujos estabelecimentos atendem, simultaneamente, às seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. E sua definição está de acordo com três características básicas: os indivíduos que têm laços de sangue ou parentesco entre si é que realizam investimentos na unidade produtiva; há uma distribuição igualitária dos trabalhos entre os membros da família e a propriedade dos meios de produção, embora nem sempre da terra.

Ainda sobre agricultura familiar, pode-se entender de acordo com trabalho realizado por FERRARI *et al* citado por SOUSA (1999, p.13): “... *qualitativamente pode-se distinguir duas principais formas de produção agropecuária: as unidades produtivas*

organizadas em torno das famílias de pequenos produtores, com pouca terra e que empregam basicamente mão-de-obra familiar, caracterizando a chamada agricultura familiar e as fazendas, também conhecidas como empresas rurais capitalistas, que têm na relação patrão-empregado várias formas de organizar a produção, representando a chamada agricultura patronal.”

Diante da rápida diferenciação citada entre estas duas formas de produção agropecuária, faz-se necessário aprofundar no tema através de dados extraídos do FAO/INCRA (2000), onde pode-se acrescentar, destacando-se as principais características destes dois tipos de modelo de exploração agrícola: no modelo familiar, o trabalho e a gestão estão intimamente relacionados, a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários, há uma ênfase na diversificação da produção, assim como também na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. O trabalho assalariado é complementar e as decisões imediatas são adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. Já no modelo patronal, há completa separação entre gestão e trabalho, a organização é centralizada, dá-se ênfase na especialização da produção e em práticas agrícolas padronizáveis, o trabalho do tipo assalariado é predominante e as tecnologias são dirigidas à eliminação das decisões imediatistas.

Mesmo diante da maior ênfase dada pelo poder público à agricultura do tipo patronal, de acordo com VEIGA (1996), esse tipo de agricultura utiliza poucos trabalhadores moradores nas propriedades e causa uma forte concentração de renda e uma grave exclusão social. Já a agricultura familiar é exatamente o contrário, é distributiva, sendo mais adequada de um ponto de vista sócio-econômico, cultural e ambiental assim como também é superior por apresentar vantagens na produção agropecuária, principalmente devido à sua diversificação e à flexibilidade do seu processo produtivo.

De acordo com dados do censo Agropecuário 1995/96 – IBGE, os agricultores concentram seu trabalho entre a unidade familiar do próprio agricultor. Do total de Unidades de Trabalho utilizadas na agricultura familiar, apenas 4% são contratadas, sendo todo o restante do trabalho desenvolvido por membros da família. Os agricultores patronais apresentam uma relação inversa, sendo que 78,5% do total de unidades de trabalho utilizadas no estabelecimento são contratadas.

Isto apenas vem enfatizar as informações anteriores, onde o tipo de agricultura que utiliza a mão-de-obra de membros da própria família, tende com esse fato a melhorar a renda monetária da família uma vez que os excedentes produzidos comercializados, podem contribuir para essas famílias ao mesmo tempo em que diminuem as possibilidades desses membros deixarem o campo e contribuir, dessa forma, para aumentarem o inchaço populacional das grandes cidades brasileiras.

Outro aspecto relevante associado à agricultura familiar é a vantagem que têm esses estabelecimentos de produzirem produtos diversificados, ou praticarem o policultivo, favorecendo o meio-ambiente, na medida em que estas práticas tendem a não esgotar os recursos naturais dos solos, lagos, rios etc.

2.2 - AGRICULTURA CONVENCIONAL

Segundo VEIGA (1991), a agricultura convencional, ou para muitos autores, agricultura moderna, surge inicialmente no período chamado como Primeira Revolução Agrícola, onde intensifica-se de forma crescente, uma série de descobertas nas áreas científicas e tecnológicas. Posteriormente na Segunda Revolução Agrícola, que se convencionou chamar de agricultura convencional ou clássica, provocada pelo uso generalizado de máquinas e insumos químicos, seguida de um processo de produção que iniciou-se no final da década de 60 e início da década de 70 que foi identificado como Revolução Verde.

Esse tipo de agricultura foi criado com o intuito de aumentar relativamente a produção agrícola dos países, com o objetivo final do aumento do valor bruto da produção, ocasionado pelo crescente número de divisas resultantes da exportação desses bens.

Para CAPRA (1997), essa busca incessante de lucros e de rentabilidade do capital, impôs aos agricultores, um novo tipo de lavoura química, impulsionada pelas companhias petroquímicas, ou seja, os produtores rurais principalmente do terceiro mundo passaram de cultivadores de alimentos comestíveis para produtores de matérias-primas industriais. Tudo isso aconteceu por falta de escolha, pois toda a economia agrícola (estrutura fundiária, sistema de crédito, sistema tributário etc...) estava voltada a atender às necessidades desta lavoura química.

Outra característica observada na agricultura moderna ou convencional, segundo ROCHA (1996), é que se trata de um modelo capaz de proporcionar ao produtor rural mais de uma colheita por ano, através da utilização intensiva de adubos químicos, de irrigação e mecanização. No entanto, o que se observa de vantagem inicial através do encurtamento do tempo de produção, deixa a desejar no sentido de causar problemas de ordem sócio-econômico-ambiental, pois trata-se de um modelo que utiliza de forma intensiva o capital, enquanto que a mão-de-obra é usada apenas em algumas etapas do ciclo produtivo. *“Se por um lado esta “modernização” da agricultura aumentou a produtividade das culturas direcionadas ao mercado externo em tempo recorde, por outro, além de provocar danos ambientais (erosão e perda da fertilidade dos solos; destruição das florestas; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem, do campo e dos alimentos), ampliou a concentração da posse da terra e de riqueza e aumentou o desemprego e o assalariamento sazonal, provocando intenso processo migratório para os centros urbanos mais industrializados”* GOTSCE, et al citado por SOUSA (1999, p.17)

2.3 - AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Observa-se que os efeitos predatórios do crescimento agrícola já atingem todos os grandes ecossistemas, a agricultura moderna ou convencional causa impactos sócio-ambientais, sendo portanto insustentável no longo prazo.

Diante do quadro acima exposto, em que a agricultura moderna é insustentável no longo prazo, faz-se necessário definir uma forma alternativa de agricultura que vise o desenvolvimento eqüitativo e menos nocivo ao homem e ao meio ambiente.

Define-se, portanto, agricultura sustentável, de acordo com VENEGAS & SIAU *et al* citado por SOUSA (p. 20, 1999): “... a agricultura sustentável é o modo de produção agrícola que tenta obter produções sustentáveis a longo prazo, através do desenho de sistemas de produção agropecuários que utilizem tecnologias e normas de manejo que conservem e/ou melhorem a base física e a capacidade sustentável dos agroecossistemas, tendo como desafio: 1) alcançar uma utilização eficiente dos recursos naturais do lugar; 2) maximizar as relações de complementariedade entre os componentes do sistema; 3) melhorar a base biológica e a viabilidade técnica e econômica.”

Ainda no sentido de definir a agricultura sustentável, SOUSA (op.cit) a caracteriza como sendo aquela que satisfaz a demanda existente ao mesmo tempo em que é economicamente viável ao produtor, na medida em que, o que se produz seja de forma socialmente aceita por todos, ao mesmo tempo que evolui constantemente e assegura a conservação dos recursos naturais, ou seja, ela busca tanto a valorização da atividade agrícola em si como a não utilização de insumos químicos quanto à valorização das relações entre os membros da família, através de um trabalho harmonioso com o ambiente.

2.4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De acordo com o Dicionário de Economia e Administração organizado por SANDRONI (1996), desenvolvimento econômico consiste no crescimento econômico traduzido na elevação do Produto Nacional Bruto (PNB) percapita, devidamente acompanhado por uma melhoria do padrão de vida populacional e por alterações estruturais na economia.

No entanto esse conceito de desenvolvimento econômico implica bem mais do que o mero crescimento econômico ou a acumulação de capital. Desenvolvimento segundo FURTADO (1967) citado por LEMOS (1999, p 8), está além da capacidade produtiva do sistema social, e implica numa irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade.

Sabe-se, no entanto, que o desenvolvimento econômico nos países capitalistas se deu principalmente ao setor agrícola que desempenhou com bastante sucesso e ao longo dos anos. Pode-se fazer uma breve análise de como esse processo se deu e de que formas.

É preciso, inicialmente, observar que o desenvolvimento agrícola em países como os EUA, por exemplo, se deu de forma bastante simples, segundo VEIGA op.cit., houve uma mudança de comportamento dos governos desses países desenvolvidos em relação à agricultura familiar, colocou-se a disposição desse tipo de agricultura, todos os subsídios necessários ao seu desenvolvimento, foi montada uma imensa estrutura de apoio que vai da pesquisa à organização dos mercados, passando pelas formas de assistência técnica, financeira, educacional, previdenciária, habitacional etc. Tudo isso com o objetivo de tornar as unidades familiares não só viáveis do ponto de vista econômico, mas também como produtora de alimentação farta e barata para as crescentes populações urbanas.

E ainda segundo VEIGA op.cit, ao contrário do que se admite, a realização da chamada Segunda Revolução Agrícola, provocada pelo uso generalizado de máquinas e insumos químicos, mostrou justamente que as duas formas fundamentais de produção, a patronal e a familiar se equivalem em termos de eficácia técnica. E que a agricultura familiar, adapta-se melhor às circunstâncias que imponham uma realização adiada de lucro, ou seja, ela adapta-se com mais rapidez à espera de um lucro um pouco mais demorado.

É nessa mesma linha de raciocínio que se pode incluir autores como ABRAMOVAY (op.cit), ou seja, para ele, a agricultura familiar teve grande importância para o desenvolvimento desses países. E é em torno desse tipo de organização baseada



na mão-de-obra de membros essencialmente da família que se estrutura a agricultura desses países. Esse segmento é fornecedor, principalmente, de emprego e renda, ao mesmo tempo que abastece a crescente população desses países capitalistas em ascensão.

2.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Segundo MARTINS(2000), o desenvolvimento econômico sustentável significa melhoria das condições de existência dos povos, utilizando recursos naturais para a produção de bens, de tal modo que estes continuem disponíveis para as futuras gerações.

Segundo LEMOS op.cit, essa visão moderna para o desenvolvimento econômico reconhece que o crescimento econômico, traduz-se num incremento nos padrões de vida de toda a população sendo social, política, econômica e ambientalmente sustentável.

Através dessa definição reconhece-se claramente a necessidade de melhoria da qualidade de vida da população atual, que depende da utilização mais sensata e eficiente dos recursos naturais.

De acordo com o Projeto Áridas(1995) citado por LEMOS(1999), o desenvolvimento constitui-se num processo de globalização, e sua sustentabilidade precisa ser entendida numa perspectiva holística. Assim, para haver desenvolvimento sustentável, tem que envolver quatro dimensões fundamentais para caracterizar esse desenvolvimento que são:

- 1) dimensão geoambiental;
- 2) dimensão sócio-econômica;
- 3) dimensão técnico-científica; e
- 4) dimensão político institucional.

E nesse sentido, essas quatro dimensões estão guardando entre si uma interface com perspectiva intertemporal. A *dimensão geoambiental* diz respeito à abrangência e à impactação de um ponto de vista geográfico e físico, e também aos resultados sobre a base dos recursos naturais. Ainda de acordo com esse autor, a *dimensão sócio-econômica* tem o intuito de prover as condições necessárias para o desenvolvimento econômico que seja social e equitativamente justo. Enquanto a *dimensão técnico-científica* tem como objetivo a busca do alcance de metas que assegurem o avanço do conhecimento científico e tecnológico em benefício de todos, ao mesmo tempo que estimula o processo de inovação nessa sociedade. Enquanto que a *dimensão político-institucional*, busca a consolidação do sistema de representação política que favoreça os mecanismos de tomada de decisões e ações políticas que irão garantir o desenvolvimento sustentável nas suas três outras dimensões anteriormente citadas.

A agricultura familiar tem em todas as suas características traços que indicam sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico sustentável, como por exemplo a prática do policultivo de alimentos, ou seja, nesse tipo de prática agrícola as unidades familiares têm uma dieta mais diversificada; geração de renda, com diferentes alternativas; estabilidade da produção, minimização dos riscos, redução das incidências de pragas e doenças; uma maior eficiência no uso da mão-de-obra, intensificação da produção com recursos limitados e o aumento de retorno com baixos níveis tecnológicos (FRANCIS et al, apud ALTIERI, 1989). Ou seja, promovem através do policultivo, um melhor nível de vida para sua família e para as gerações futuras.

2.6 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

De acordo com a entrevista de AMBRAMOVAY cedida ao GIPAF (op.cit), é no meio rural brasileiro que se conserva com raízes mais profundas a tradição escravista que dissocia o trabalho do conhecimento. Existindo um desafio que nenhum programa governamental e nenhum governo sozinho pode enfrentar que é o de mudar aquilo que se pode chamar de “ambiente educacional” do meio rural, e não é só escola. E mudar este

ambiente, tornar o meio rural em espaço atraente sobretudo para os jovens é um dos grandes desafios dos próximos anos. E aqui é preciso que a extensão e a pesquisa trabalhem juntas.

As características tecnológicas e associativas são muito distintas entre os agricultores familiares, com uma acentuada diferença entre os tipos e as regiões do país. As regiões Norte e Nordeste são as mais desfavorecidas em todos os aspectos de tecnologia e associativismo. Como por exemplo, de acordo com dados extraídos da FAO/INCRA (2000), a assistência técnica, independentemente do fornecedor, frequência ou qualidade, é menor distribuída entre as regiões Norte e Nordeste, onde mesmo entre os agricultores familiares mais capitalizados, apenas 9% dos estabelecimentos são atendidos.

E observa-se através de dados também da FAO/INCRA (2000), que os agricultores familiares demonstram ser muito mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores, do tipo patronais, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural.

Ainda nesse sentido, cabe salientar que os agricultores familiares representam, 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura.

De acordo com BRANDÃO (1998), do ponto de vista econômico e social, os benefícios de uma boa assistência técnica e extensão rural ao produtor rural nordestino, atenderia as más condições básicas, no sentido de aumentar o patamar de capitalização e disponibilidade financeira, diminuir as dificuldades organizacionais relacionadas a gerenciamento e organização do trabalho, ao mesmo tempo que aumentaria o grau de escolaridade e conhecimento técnico dos produtores aumentando também a existência de um maior número de produtos devido à essa assistência e orientação por parte dos técnicos, agrônomos e demais profissionais envolvidos no processo de assistência técnica.

2.7 - COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Sabe-se que nos estabelecimentos familiares são cultivados diversos produtos, inicialmente para suprir as necessidades da sua família e o excedente para ser comercializado. No entanto, como esses produtores, em sua grande maioria, não possuem uma infraestrutura adequada para executar tal comercialização, não têm condições para escoar esse excedente obtido, principalmente no que diz respeito aos preços que não chegam nem a cobrir os custos da produção, o transporte adequado, enfim não possuindo condições financeiras, eles caem cada vez mais nas mãos dos atravessadores.

E de acordo com SOUSA (op.cit), a comercialização da forma mais simples pode ser considerada como um processo de transferência daquilo que é produzido desde o produtor até o consumidor onde, na maioria dos casos, o produtor encontra-se às margens deste processo, não conseguindo, portanto, obter o lucro, que é, em geral, absorvido pelo atravessador.

Nesse sentido, como forma de amenizar tal problema, é importante o papel da assistência técnica no fornecimento de informações aos produtores rurais, no intuito de organizá-los melhor através de associações ou cooperativas, onde eles terão uma melhor condição de competir no mercado, na busca de melhores preços para seus produtos.

Estes produtos, segundo ESCÓRVIO & DENARDI (*et al* citado por SOUSA), por serem resultados de um processo de uma melhor utilização dos recursos naturais, terão melhor aceitação, uma vez que também são resultantes de processos com pouca ou quase nenhuma utilização de agroquímicos, e se acondicionados com qualidade, poderão atingir um mercado que vem crescendo muito nos últimos tempos que é o de produtos naturais e/ou orgânicos. E estes produtos orgânicos possuem características compatíveis com a produção familiar.

Outra possível forma de eliminar a figura do atravessador, ainda segundo SOUSA (op.cit), são as feiras livres, onde o público alvo são os pequenos produtores rurais, que têm como vantagem, estar em contato direto com os consumidores, ao mesmo tempo que aumentam seus ganhos. Isso acontece pois eles conseguem vender seus produtos a preços capazes de cobrir os custos de produção, podendo gerar excedente para proporcionar uma melhoria na qualidade de vida daqueles que produzem, provocando assim uma motivação às futuras gerações.

2.8 – PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar)

De acordo com dados disponíveis na Internet e comentados por DOMINGUEZ (2000), o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa que se propõe a apoiar o desenvolvimento rural, tendo por fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda.

As ações do programa se desenvolvem em linhas de ação como financiamento da profissionalização de agricultores familiares e negociação de políticas públicas com órgãos setoriais. E a estrutura do programa é integrada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o Conselho Estadual do PRONAF, presidido pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento, e pelo Conselho Nacional do PRONAF.

O objetivo do programa é fornecer apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas por agricultores familiares e suas organizações através de financiamentos à implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar de forma a dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento rural. Para o município ter acesso a esse financiamento com recursos não reembolsáveis, é necessário que apresente preponderância de agricultores familiares e ser selecionado pelo Conselho Nacional do PRONAF.

Segundo ABRAMOVAY & VEIGA (1996, p. 4): “... se não for cuidadosamente planejada e gerida, a inserção do PRONAF na política agrícola poderá gerar mais atritos institucionais e conflitos do que o efetivo fortalecimento da agricultura familiar...no entanto, tanto as respostas dos responsáveis pela execução do programa nas UF(Unidades da Federação) à enquete quanto os dados disponíveis sobre o avanço do PRONAF permitem a reafirmação de duas idéias importantes que justificaram esta pesquisa: “início de uma co-gestão da política voltada ao fortalecimento da agricultura familiar”; e “é próprio deste tipo de iniciativa que os limites entre a descentralização democrática e o clientelismo nem sempre estejam claros”.

E o que este estudo indica é que a hipótese central de uma pesquisa mais abrangente deve ser a de que, apesar dos seus problemas de implantação, principalmente no que se refere à seleção dos municípios a serem beneficiados, o PRONAF já desencadeou um processo de discussão local sobre os rumos do desenvolvimento rural que poderiam engendrar o fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo dados do projeto de pesquisa de ABRAMOVAY & VEIGA (op.cit), mesmo diante de todas as dificuldades, observa-se que a relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar ganhou uma dimensão pública nunca antes vista no país, e que a intermediação bancária entre as verbas públicas e os agricultores familiares sofre a influência de um conjunto variado de organizações sociais cuja consequência, em alguns casos, é o aumento da quantidade de agricultores com acesso ao crédito, sem que isso signifique prejuízo para os bancos.

TABELA 2: Resumo das Respostas de Quinze Secretários Executivos Estaduais do PRONAF à Pergunta: "Que tipo de obstáculo tem sido criado pelas agências bancárias na concessão de crédito de Custeio e investimento?"

Goiás	Garantia real; exigência de título de propriedade para agricultores assentados
São Paulo	Garantia real
Ceará	Garantia real; desinteresse dos bancos; falta de funcionários nas agências; exigência de carta de anuência a agricultores sem terra
Piauí	Garantia real; alegação, por parte do Banco do Brasil, de falta de recursos
Alagoas	Exigência de avalistas e de hipoteca sobre a propriedade; falta de funcionários nas agências bancárias
Rondônia	Exigência de título definitivo da terra; exigência de avalista; exigência de área não condizente com a realidade do agricultor
Tocantins	Garantia real e alta burocracia
Distrito Federal	Garantia real e avalista
Mato Grosso do Sul	Hipoteca e avalista
Mato Grosso	Garantia real; falta de funcionários nas agências bancárias
Minas Gerais	Garantias reais; reciprocidade; agências bancárias mal aparelhadas
Paraíba	Alegação de inadimplência dos produtores; falta de interesse dos gerentes; estiagem retenção das consultas submetidas ao banco; falta de funcionários nas agências; funcionários mal preparados
Amazonas	Falta de funcionários(além disso, desmotivados); poucas agências no interior
Rio de Janeiro	Garantia real; pouco interesse dos gerentes; agências desestruturadas
Paraná	Garantia(no investimento): não financiamento de reforma de máquina

Fonte: Enquete junto a quinze secretários executivos estaduais do PRONAF

3.1 – FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA

Neste trabalho de pesquisa utilizaram-se fontes secundárias de informações, principalmente instituições públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde foram utilizados dados dos Censos Agropecuários 1995-1996, que forneceram dados importantes para a caracterização da agricultura do tipo familiar.

Utilizou-se outra fonte de dados no presente trabalho, o Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA de março de 2000. Deste projeto extrairam-se gráficos e tabelas para uma melhor identificação dos principais indicadores de que a agricultura familiar pode ser considerada como possível geradora de emprego e renda para as famílias rurais do Nordeste Brasileiro.

Fazendo uma análise sobre os dados que irão ser apresentados, empregou-se o cálculo de Unidades de Trabalho Familiar (UTF) por estabelecimento/ano, como: (a soma do número de pessoas ocupadas da família com 14 anos e mais) + (metade do número de pessoas ocupadas da família com menos de 14 anos) dividido por 2.

Calculou-se também o número de Unidades de Trabalho Contratada (UTC) da seguinte forma: (Salários + Valor da quota-parte entregue a parceiros empregados + Serviços de empreitada de mão-de-obra).

Assim como também foi delimitada a caracterização dos agricultores familiares como: (Direção dos trabalhos do estabelecimento é do produtor e $UTF > UTC$).

Da mesma forma optou-se por definir a renda dos agricultores pela Renda Total (RT) dos estabelecimentos, através das hipóteses de trabalho da seguinte forma: (VBP + Receita Agropecuária Indireta + Valor da Produção da Indústria Rural) – Valor total das despesas. Onde VBP (é o somatório do valor da produção vendida do milho e

dos principais produtos utilizados na indústria rural + somatório do Valor da produção colhida/obtida dos demais produtos animais e vegetais. Receita Agropecuária Indireta é a Venda de esterco + Serviços prestados a terceiros + Venda de máquinas, veículos e implementos + Outras receitas provenientes do estabelecimento. VPIR(Valor da Produção da Indústria Rural) é o somatório do valor da produção de todos os produtos da indústria rural.

Definiu-se que a Receita Agropecuária Total (RAT) é a Receita Total – Receita de exploração mineral e que a Renda Monetária (RM) é a Receita Total – Receita de exploração mineral – Despesa Total.

3.2 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Constata-se inicialmente através de evidências mostradas na Tabela 3, que o Brasil, em sua grande maioria de área rural, é constituído por empreendimentos agrícolas de base familiar, ou seja, são empreendimentos agrícolas cuja maior parte dos trabalhadores são formados por pessoas da própria família.

Pode-se observar particularmente nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, que esses empreendimentos agrícolas de base familiar têm ainda hoje um peso bastante marcante nas categorias que mais empregam e geram renda. É o que vem sendo demonstrado através de dados dos Censos Agropecuário de 1995/96 (Tabela 3).

Através das evidências mostradas na Tabela 3, constata-se também que na região Nordeste, 80,93% das pessoas empregadas, estão posicionadas na categoria da agricultura familiar. E ainda pode-se constatar que do total de pessoas empregadas no setor rural do Brasil, 75,89% estão empregadas nessa categoria, ou seja, são responsáveis e trabalhadores não remunerados da família.

Pode-se também constatar que na região Norte, essa categoria é responsável por 85,51% do total de mão-de-obra empregada, enquanto que na região Sudeste, ocupa apenas 57,65% e nas regiões Sul e Centro-Oeste, respectivamente ocupam 82,24% e 58,07% (Tabela3).

De acordo com esses mesmos dados (Tabela 3), pode-se constatar que na região Nordeste, no Estado do Piauí o percentual de pessoal ocupado e membros não remunerados da família chega a 91,34% do total.

Demarca-se a dimensão da pequena produção agrícola familiar no cenário da economia rural nordestina e também seu grau de importância na economia brasileira e sua capacidade de gerar emprego e renda monetária ou não para seus trabalhadores.

TABELA 3:
Participação percentual de pessoal ocupado e membros não remunerados da família
por Estado (1995/1996).

Número de Ordem	Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total De Empregados	Responsáveis e Membros não Remunerados da Família	Participação percentual de cada unidade da Federação
		Brasil		
1	Totais	17.930.890,00	13.607.879,00	75,89
2	Norte	1.877.797,00	1.605.776,00	85,51
3	Rondônia	304.523,00	258.374,00	84,85
4	Acre	93.586,00	85.101,00	90,93
5	Amazonas	350.439,00	325.679,00	92,93
6	Roraima	34.443,00	25.522,00	74,10
7	Pará	883.925,00	761.245,00	86,12
8	Amapá	16.660,00	13.133,00	78,83
9	Tocantins	194.221,00	136.722,00	70,40
10	Nordeste	8.210.809,00	6.644.906,00	80,93
11	Maranhão	1.331.864,00	1.061.992,00	79,74
12	Piauí.	666.465,00	608.731,00	91,34
13	Ceará	1.170.724,00	941.488,00	80,42
14	Rio Grand do Norte	332.516,00	240.190,00	72,23
15	Paraíba	479.987,00	395.977,00	82,50
16	Pernambuco	975.288,00	742.360,00	76,12
17	Alagoas	432.104,00	321.246,00	74,34
18	Sergipe	313.271,00	257.225,00	82,11
19	Bahia	2.508.590,00	2.075.697,00	82,74
20	Sudeste	3.440.735,00	1.983.657,00	57,65
21	Minas Gerais	2.000.046,00	1.242.262,00	62,11
22	Espírito Santo	351.461,00	197.939,00	56,32
23	Rio de Janeiro	174.274,00	104.796,00	60,13
24	São Paulo	914.954,00	438.660,00	47,94
25	Sul	3.383.348,00	2.782.301,00	82,24
26	Paraná	1.287.632,00	983.329,00	76,37
27	Santa Catarina	718.694,00	618.748,00	86,09
28	Rio Grande do Sul..	1.377.022,00	1.180.224,00	85,71
29	Centro-Oeste	1.018.201,00	591.239,00	58,07
30	Mato Grosso do Sul	202.709,00	105.055,00	51,83
31	Mato Grosso	329.798,00	216.839,00	65,75
32	Goiás	471.657,00	264.128,00	56,00
33	Distrito Federal	14.037,00	5.217,00	37,17

Fonte: Censos Agropecuários dos Estados Brasileiros. 1995/96 - IBGE

De acordo com os resultados mostrados na Tabela 4, constata-se que a agricultura familiar é de grande importância em regiões como Norte e Sul, na quais mais de 50% do VBP (valor bruto da produção) é produzido nos estabelecimentos familiares. A região Sul é mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área produzindo 57,1% do VBP regional. Nessa mesma região, esses agricultores do tipo familiar ficam com 43,3% dos financiamentos aplicados na região.

Constata-se através da Tabela 4 que as regiões que detêm o maior número de financiamentos são Sul e Norte com respectivamente 43,3% e 38,6% do valor total. Mesmo assim, é a região Nordeste beneficiada com apenas 26,8% desses financiamentos que é responsável sozinha por 43% de todo o VBP.

TABELA 4: Agricultores Familiares – Estabelecimento, área, VBP e financiamento total segundo as regiões

REGIÃO	Estab. Total	% Estab s/ total	Área Total (Em há)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	133.973	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
BRASIL	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96-IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Onde: VBP: valor bruto da produção e FT: financiamento total

O maior número de estabelecimentos com agricultores familiares é encontrado na região Nordeste, de acordo com a Tabela 4, estão alocados em 2.055.157 estabelecimentos (88,3%), os quais representam 43,5% do total de estabelecimentos e produzem 43% de todo o VBP dessa região; e ficam com apenas 26,8% do valor dos financiamentos agrícolas para essa região.

Na Tabela 5, os dados de todas as regiões brasileiras são cruzados, ficando o Nordeste com o maior percentual de estabelecimentos, sendo responsável por 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros. Ocupando somente 31,6% da área total dos familiares e é responsável por 16,7% do VBP dos agricultores familiares, enquanto que detém apenas 14,3% do financiamento rural destinado a essa categoria de agricultores.

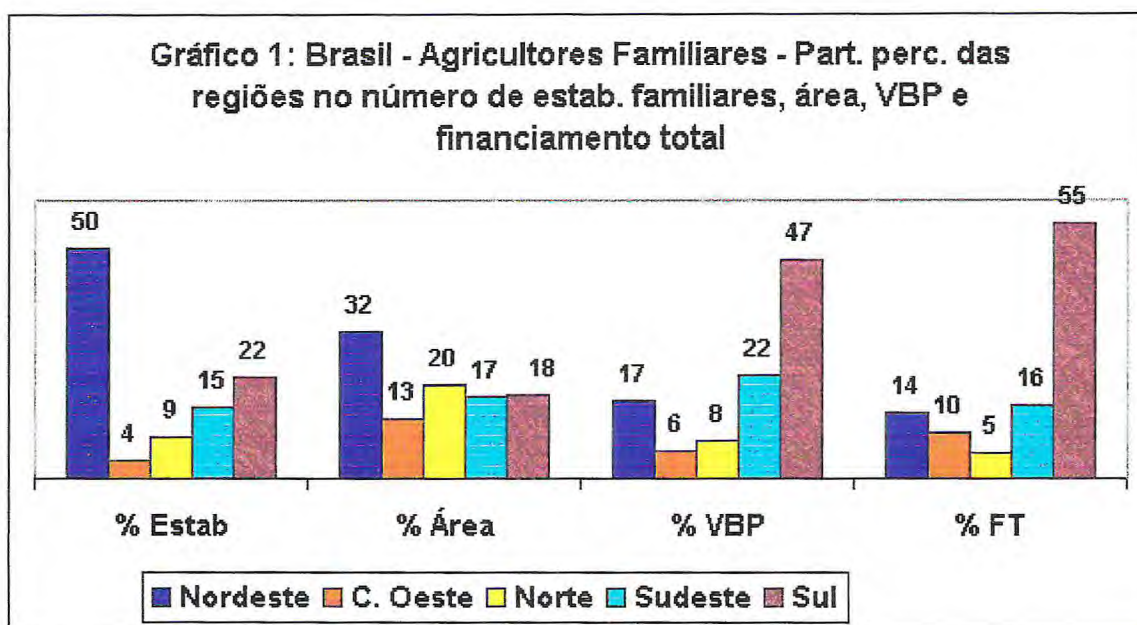
Tabela 5: Agricultores Familiares - Participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, VBP e financiamento total destinado aos agricultores familiares

REGIÃO	% Estab. s/ total	% Área	% VBP	% FT s/ total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

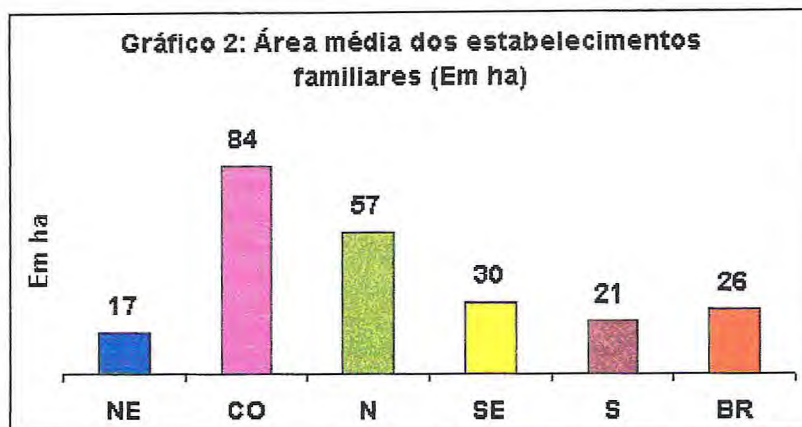
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

No Gráfico 1, ilustra-se a participação relativa dos agricultores familiares por região do Brasil. E observa-se mais uma vez que, as região Sul e Norte são responsáveis pelos maiores percentuais, área, VBP e FT dos estabelecimentos familiares do país.



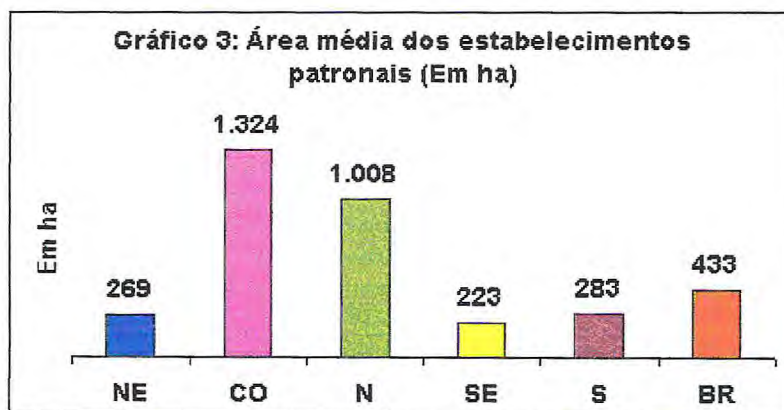
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

De acordo com o Gráfico 2, pode-se observar que apesar da região Centro-Oeste ser a região que apresenta o menor número de estabelecimentos familiares, é a que possui juntamente com a região Sul, a maior área média entre os familiares, pois com um menor número de estabelecimentos, ocupam respectivamente 12,7% e 20,35 da área total dos agricultores familiares.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

A área média dos estabelecimentos familiares é muito inferior as áreas pertencentes aos agricultores patronais, variando de região para região(Gráfico 3), ou seja, varia de acordo com o processo histórico de ocupação da terra. Enquanto que a área média dos estabelecimentos patronais ocupam 433 hectares a área ocupada pela agricultura familiar no Brasil é de 26 hectares.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

A Renda Total(RT) agropecuária e a Renda Monetária(RM) encontradas entre os agricultores patronais é superior à encontrada entre os agricultores familiares. E a RT média anual por estabelecimento familiar foi de R\$ 2.717,00(TABELA 6)

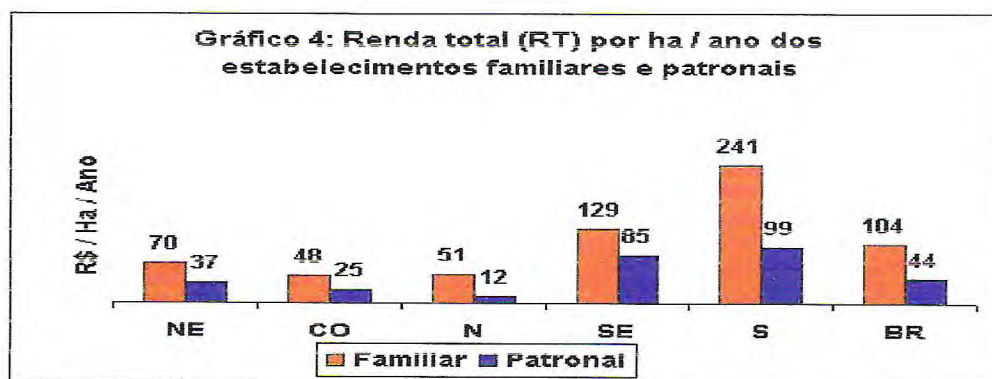
TABELA 6: Agricultores Familiares e Patronais - Renda total (RT) e renda monetária (RM) por estabelecimento (Em R\$)

REGIÃO	FAMILIAR		PATRONAL	
	RT/Estab	RM/Estab	RT/Estab	RM/Estab
Nordeste	1.159,00	696,00	9.891,00	8.467,00
Centro-Oeste	4.074,00	3.043,00	33.164,00	30.779,00
Norte	2.904,00	1.935,00	11.883,00	9.691,00
Sudeste	3.824,00	2.703,00	18.815,00	15.847,00
Sul	5.152,00	3.315,00	28.158,00	23.355,00
BRASIL	2.717,00	1.783,00	19.085,00	16.400,00

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96-IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Através do Gráfico 4, percebe-se que na Região Norte, os agricultores familiares obtêm uma média de R\$ 51,00 por hectare/ano de Renda Total, valor quase cinco vezes hectare/ano superior à dos agricultores patronais, que obtêm uma média de apenas R\$ 12,00 por hectare ao ano. Na região Nordeste, os agricultores familiares produzem em média R\$ 70,00 por hectare ao ano, contra R\$ 37,00 por hectare dos patronais.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

A prática de arrendamento e de parceria por agricultores familiares está mais presente nas regiões Nordeste e Sul, sendo que os arrendatários representam 6,9% dos estabelecimentos familiares da região Nordeste e 6,4% dos estabelecimentos da região Sul. A condição de uso da terra em forma de parceria ocorre em 8,4% dos estabelecimentos familiares da região Nordeste e 6% da região Sul (TABELA 7).

TABELA 7: Agricultores Familiares – Perc. dos estab. e área segundo a condição do produtor

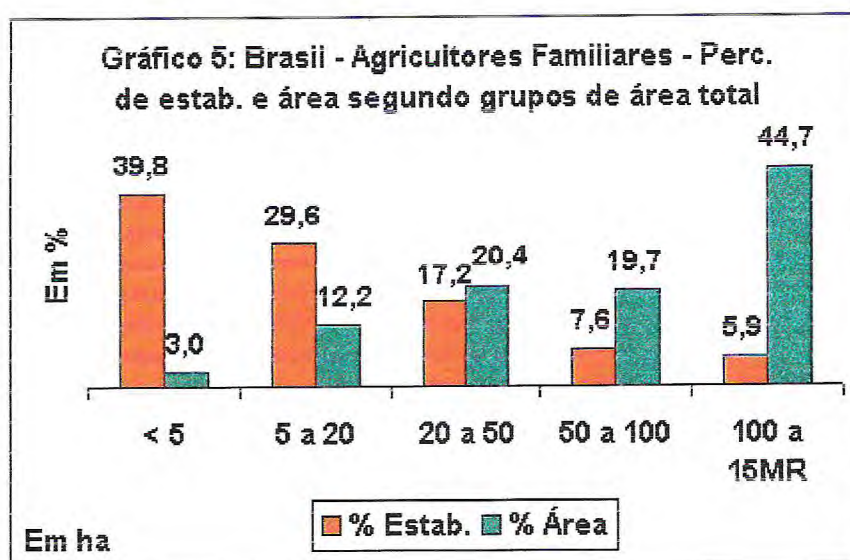
REGIÃO	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	65,4	91,8	6,9	1,0	8,4	1,6	19,3	5,6
Centro-Oeste	89,8	93,6	3,4	2,7	1,3	0,4	5,6	3,2
Norte	84,6	94,2	0,7	0,3	1,4	0,4	13,2	5,1
Sudeste	85,7	92,2	4,1	3,8	5,2	1,5	5,0	2,5
Sul	80,8	87,8	6,4	5,4	6,0	3,2	6,7	3,7
BRASIL	74,6	91,9	5,7	2,3	6,4	1,5	13,3	4,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Observa-se através do Gráfico 5, que no Brasil 39,8% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5 hectares, enquanto que 30% possuem entre 5 a 20 hectares e 17% possuem entre 20 e 50 hectares. Ou seja, 87% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 50 hectares.

Os agricultores familiares com áreas maiores do que 100 hectares são representados por 5,9% dos estabelecimentos, mas ocupam 44,7% de toda a área dessa categoria de agricultura.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Considerando-se a área média para o Brasil (TABELA 8) dos estabelecimentos familiares, constata-se que os dados são bastante semelhantes para todas as regiões, a área média dos estabelecimentos com menos de 5 hectares é de apenas 1,9 hectares por estabelecimento. E os que têm entre 5 e 20 hectares é de apenas 10,7 hectares por estabelecimento.

TABELA 8: Brasil – Agric. Familiares - Área média dos estab. segundo os grupos de área total

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Área Média (Em ha)
Menos de 5 ha	1,9
5 a menos de 20 ha	10,7
20 a menos de 50 ha	31,0
50 a menos de 100 ha	67,8
100 ha a 15 Módulos Regionais	198,0
Área Média dos Agricultores Familiares	26,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

No aspecto da estrutura fundiária brasileira, observa-se que a região Nordeste é a que apresenta o maior número de minifúndios(TABELA 9), com 58,8% de seus estabelecimentos familiares com menos de 5 hectares. Considerando-se somente a pequena área disponível e que uma grande parte destes estabelecimentos está situada na região do semi-árido nordestino, diminui-se ainda mais as perspectivas desses agricultores familiares de melhoria e potencialização de seus sistemas produtivos.

TABELA 9: Agricultores Familiares - Percentual de estab. e área segundo grupos de área total

REGIÃO	Menos de 5 ha		5 a – de 20 ha		20 a – de 50 ha		50 a – de 100 há		100 ha a – de 15 MR	
	% Estab	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	58,8	6,1	21,9	13,0	11,0	20,3	4,8	19,3	3,4	41,3
Centro-Oeste	8,7	0,3	20,5	2,9	27,3	10,7	18,8	15,5	24,6	70,6
Norte	21,3	0,8	20,8	3,8	22,5	12,5	17,9	20,8	17,4	62,0
Sudeste	25,5	2,1	35,6	13,6	22,7	24,4	9,9	23,2	6,3	36,5
Sul	20,0	2,6	47,9	25,1	23,2	32,5	5,9	18,8	2,9	21,1
BRASIL	39,8	3,0	30,0	12,2	17,1	20,4	7,6	19,7	5,9	44,7

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Através da TABELA 10, consta-se que a agricultura do tipo familiar é a principal geradora de emprego e renda monetária ou não no meio rural brasileiro. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado. Dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregados na agricultura familiar.

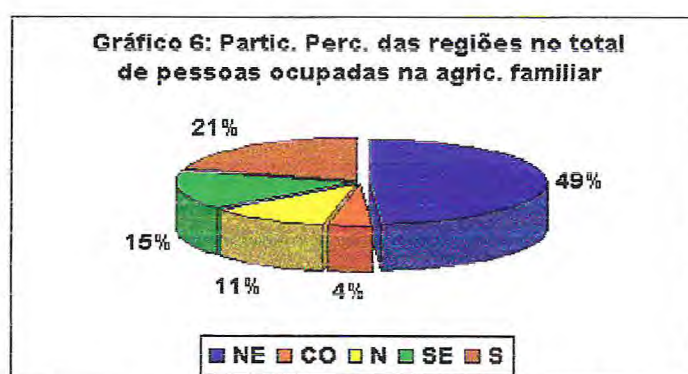
TABELA 10: Agric. Familiares - Pessoal ocupado segundo as diferentes formas de ocupação

REGIÃO	Pessoal Ocup. total	Pess. Ocup. % s/ total	Empreg. Perm,	Empreg Temp.	Parceiros (empreg.)	Outra Cond.	UTF/UT %
Nordeste	6.809.420	82,93	81.379	588.810	34.081	62.212	97,1
Centro-Oeste	551.242	54,14	42.040	39.824	2.793	15.418	90,2
Norte	1.542.577	82,15	25.697	68.636	6.880	29.772	96,9
Sudeste	2.036.990	59,20	98.146	160.453	58.146	58.294	91,6
Sul	2.839.972	83,94	60.835	128.955	20.548	26.207	96,7
BRASIL	13.780.201	76,85	308.097	986.678	122.448	191.903	95,9

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Conforme dados apresentados no Gráfico 6, a região Nordeste é a que concentra o maior número de pessoas ocupadas entre os agricultores familiares, sendo responsável por 49%(6.809.420 pessoas) das pessoas ocupadas na agricultura familiar brasileira. Com menor destaque observa-se a região Centro-Oeste, sendo responsável por apenas 4% de todo o pessoal ocupado na agricultura familiar brasileira.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Entre os estabelecimentos familiares(TABELA 11), apenas 4,3% contratam empregados permanentes, sendo que 2,9% contratam apenas um empregado, outros 0,8%

contratam dois empregados e apenas 0,6% contratam mais do que dois empregados permanentes.

TABELA 11: Agricultores Familiares - Percentual de estabelecimentos com empregados permanentes e serviço de empreitada

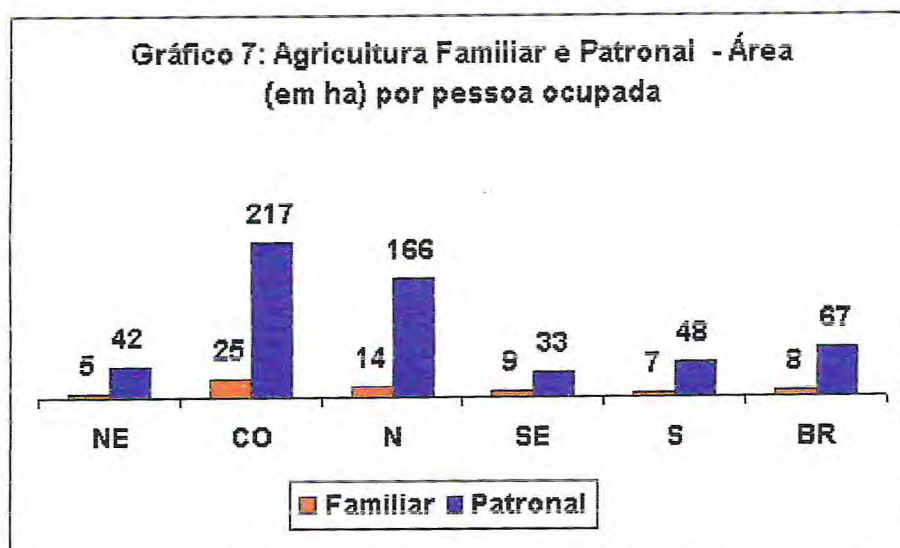
REGIÃO	% de Estabelecimentos com Empregados Permanente				% Estabelecimentos c/ serviço de empreitada	
	Total	1 perm.	2 perm.	+ de 2 perm.	Só MO	Com máquinas e MO
Nordeste	2,0	1,2	0,4	0,4	5,2	3,4
Centro-Oeste	15,6	10,3	3,0	2,3	19,8	12,7
Norte	3,3	1,9	0,7	0,7	12,1	0,9
Sudeste	9,3	6,6	1,5	1,2	11,5	5,4
Sul	4,3	3,1	0,8	0,5	5,1	12,6
BRASIL	4,3	2,9	0,8	0,6	7,4	5,9

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

De acordo com o Gráfico 7, constata-se que o número de pessoas ocupadas por unidade de área é superior em estabelecimentos familiares em relação aos patronais, ocupando muito mais pessoas por unidade de área.

No mesmo Gráfico 7, pode-se observar que enquanto na região Nordeste os agricultores familiares ocupam uma pessoa a cada 5 hectares, no Centro-Oeste são necessários 24,8 hectares. Entre os patronais, varia de 32,8 hectares por pessoa ocupada no Sudeste a 216,5 hectares no Centro-Oeste.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Através da TABELA 12, observa-se que o acesso à tecnologia apresenta grandes variações tanto entre familiares e patronais quanto entre os agricultores em diferentes regiões. O percentual de agricultores familiares que utilizam assistência técnica é de 16,7% enquanto que esse percentual aumenta para 43,5% entre os agricultores patronais. Na região Nordeste, este percentual varia de 2,7% a 47,2% na região Sul.

Enquanto 36,6% dos estabelecimentos familiares do Brasil têm acesso a energia elétrica, observa-se a distribuição entre as regiões (Tabela 12) da seguinte forma: 9,3% e 18,7% nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente e 73,5% na região Sul.

Observa-se também na mesma Tabela 12, que o uso de Tração Animal e/ou Tração Mecânica é muito baixo entre os estabelecimentos familiares, chega-se a cerca de 50% a utilização apenas da força manual nos trabalhos agrários.

Na Tabela 12, consta-se que na região Nordeste, apenas 18,9% dos estabelecimentos utilizam assistência técnica. Assim como a energia elétrica também é maior o acesso entre os agricultores do tipo patronal, onde a região Sudeste destaca-se com 80,2% dos estabelecimentos com acesso a esse serviço.

TABELA 12: Agricultores Familiares - Acesso a tecnologia e a assistência técnica

REGIÃO	Utiliza Assist. Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos			Usa Adubos e Corretivos	Faz Conserv. do solo
			Só animal	Só mecânica ou mecânica + animal	Manual		
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	16,8	6,3
C. Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	9,0	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	60,6	24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	77,1	44,9
BRASIL	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	36,7	17,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Em relação aos investimentos realizados na agricultura, de acordo com Pesquisa da FAO/INCRA, somaram R\$ 7,7 bilhões na safra 1995/1996, sendo que os agricultores familiares foram responsáveis por R\$ 2,5 bilhões ou seja, de acordo com a TABELA 13, 32% de todos os investimento.

TABELA 13 : Agricultores Familiares e Patronais - Investimentos totais, investimento por estab. e investimento por ha segundo as regiões

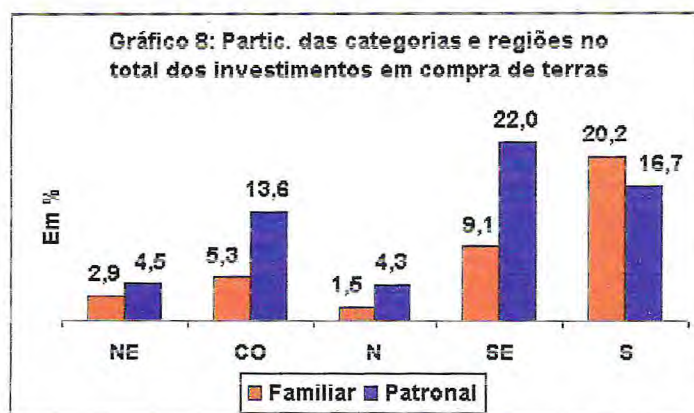
REGIÃO	FAMILIAR				PATRONAL			
	Total de Invest. (Mil R\$)	Invest. Total %	Invest. / Estab. (R\$)	Invest. / Ha (R\$)	Total de Invest. (Mil R\$)	Invest. Total %	Invest. / Estab. (R\$)	Invest. / Ha (R\$)
Nordeste	355.455	14,0	173,0	10,4	564.716	11,1	3.495,8	13,0
Centro-Oeste	308.128	12,2	1.901,3	22,5	1.449.605	28,4	20.570,5	15,5
Norte	161.494	6,4	424,0	7,4	296.582	5,8	8.855,6	8,8
Sudeste	588.598	23,2	928,9	31,4	1.861.744	36,4	9.212,4	41,4
Sul	1.121.784	44,2	1.235,9	57,7	935.725	18,3	10.766,8	38,0
BRASIL	2.535.459	100,0	612,5	23,5	5.108.372	100,0	9.212,6	21,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Ainda através da Tabela 13, observa-se que em termos de investimentos por hectare, os agricultores familiares investiram na região Nordeste em média R\$ 10,4/hectare e na região Sul esses investimentos foram em média de R\$ 57,7/hectare.

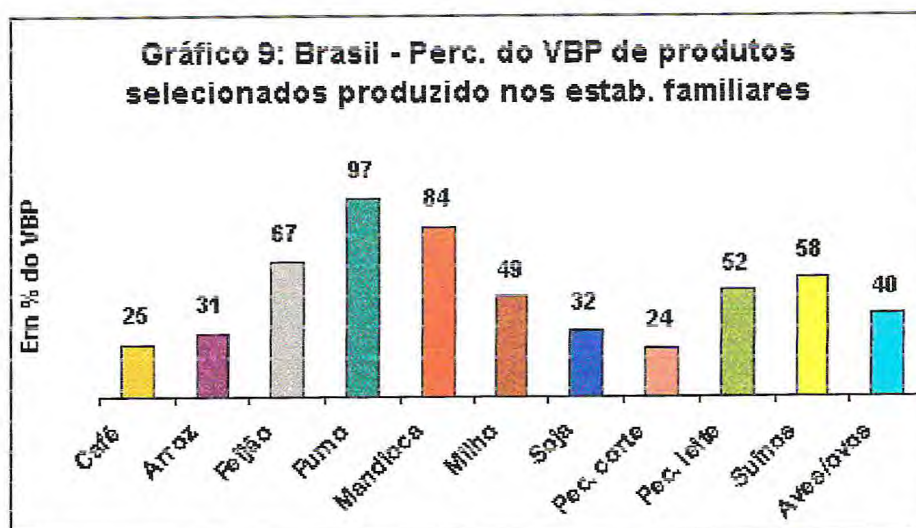
Conforme informações contidas no Gráfico 8 a seguir, do total de recursos investidos na compra de terras, os agricultores familiares da região Sudeste e Sul foram os que mais investiram com 22% total de recursos aplicados e 20,2% respectivamente. Enquanto que a região Nordeste foi a segunda que menos investiu na compra de terras de todos os recursos aplicados no Brasil, com apenas 2,9% de todos os recursos com esta



finalidade.

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

De acordo com dados das TABELAS 14 e 15, os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. E em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja e 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja e 47% da uva, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Destaca-se na participação do VBP de acordo com os Gráficos 10 e 11 a região Nordeste onde os agricultores familiares foram responsáveis por uma participação de 42,6% da pecuária de corte, 53,3% da pecuária de leite, 64,1% dos suínos, 26,2% das aves, 56% da banana, 22,6 do café, 64,2% da laranja e 2,9% da uva produzida na região.

TABELA 14: Agric. Familiar – Percentual do VBP produzido em relação ao VBP total do produto

REGIÃO	% Área s/ total	Produção Animal, Fruticultura e Cultura Permanente							
		Pec. corte	Pec. leite	Suínos	Aves/ovos	Banana	Café	Laranja	Uva
Nordeste	43,5	42,6	53,3	64,1	26,2	56,0	22,6	64,2	2,9
Centro-Oeste	12,6	11,1	50,8	31,1	29,4	55,9	62,8	29,8	62,9
Norte	37,5	26,6	67,0	73,8	40,3	77,4	93,8	66,5	51,9
Sudeste	29,2	22,5	37,5	21,0	17,8	43,4	22,8	16,6	37,4
Sul	43,8	35,0	79,6	68,6	61,0	82,8	42,8	77,8	81,3
BRASIL	30,5	23,6	52,1	58,5	39,9	57,6	25,5	27,0	47,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

TABELA 15: Agric. Familiar – Perc. do VBP produzido em relação ao VBP total do produto

REGIÃO	% Área s/ total	Culturas Temporárias								
		Algodão	Arroz	Cana	Cebola	Feijão	Fumo	Mand.	Milho	Soja
Nordeste	43,5	56,3	70,3	7,5	57,0	79,2	84,5	82,4	65,5	2,7
Centro-Oeste	12,62	8,9	23,4	2,7	2,2	21,8	84,3	55,6	16,6	8,4
Norte	37,5	83,6	52,6	43,8	31,1	89,4	86,5	86,6	73,3	3,5
Sudeste	29,3	23,5	51,3	8,6	43,9	38,3	74,2	69,8	32,8	20,3
Sul	43,8	58,8	21,3	27,2	92,1	80,3	97,6	88,9	65,0	50,8
BRASIL	30,5	33,2	30,9	9,6	72,4	67,2	97,2	83,9	48,6	31,6

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

As atividades Agropecuárias mais comuns entre os agricultores familiares é a criação de aves e a produção de ovos, com 63,1% dos estabelecimentos seguidos do milho e do feijão com produção em 55% e 45,8% dos estabelecimentos respectivamente (TABELA 16). Na região Nordeste a criação aves/ovos e a produção de feijão e milho também são as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, com mais de 50% de estabelecimentos produtores.

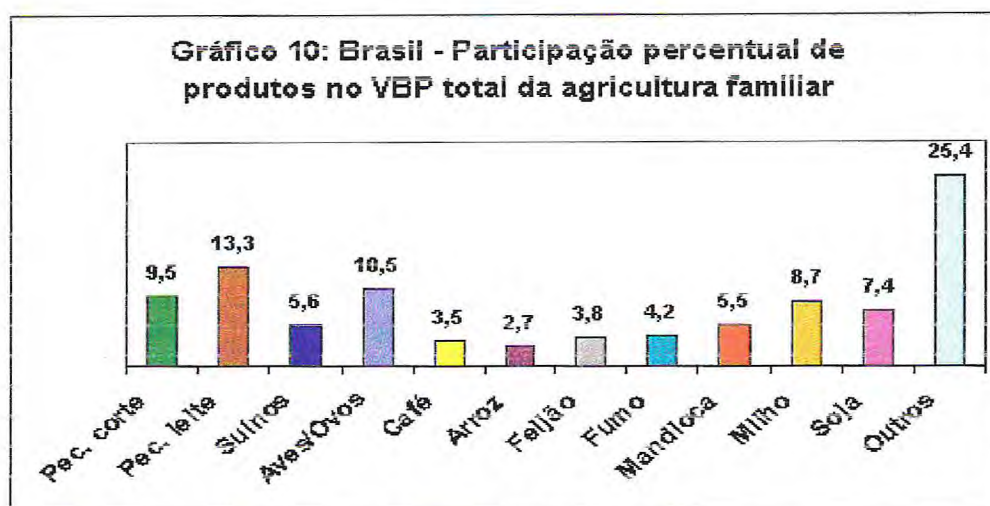
TABELA 16: Agricultura Familiar - Percentual de estabelecimentos produtores entre os agricultores da categoria (principais produtos)

REGIÃO	Pecuária de corte	Pecuária de leite	Suínos	Aves/Ovos	Café	Arroz	Feijão	Mand.	Milho	Soja
Nordeste	17,5	22,1	22,0	60,9	1,5	19,3	56,4	22,1	55,1	0,0
Centro- Oeste	53,7	61,0	36,7	69,4	4,0	26,3	9,9	11,8	37,8	2,6
Norte	23,6	25,7	23,4	63,1	10,7	35,0	23,1	43,2	40,4	0,1
Sudeste	27,9	44,1	23,5	53,4	25,2	12,4	32,3	11,9	44,3	0,7
Sul	48,2	61,6	54,9	73,5	2,0	18,1	46,9	35,7	71,4	22,5
BRASIL	27,8	36,0	30,1	63,1	6,2	19,7	45,8	25,0	55,0	5,2

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

De acordo com o Gráfico 10, as atividades da produção animal por apresentar em valor agregado mais elevado, têm uma maior participação na composição do VBP nacional.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Na região Nordeste (TABELA 17), os produtos mais importantes na composição do VBP da agricultura familiar são a pecuária de corte (13,6%) e a de leite (13,7), seguidos por feijão (9,8%) e milho (6,3%).

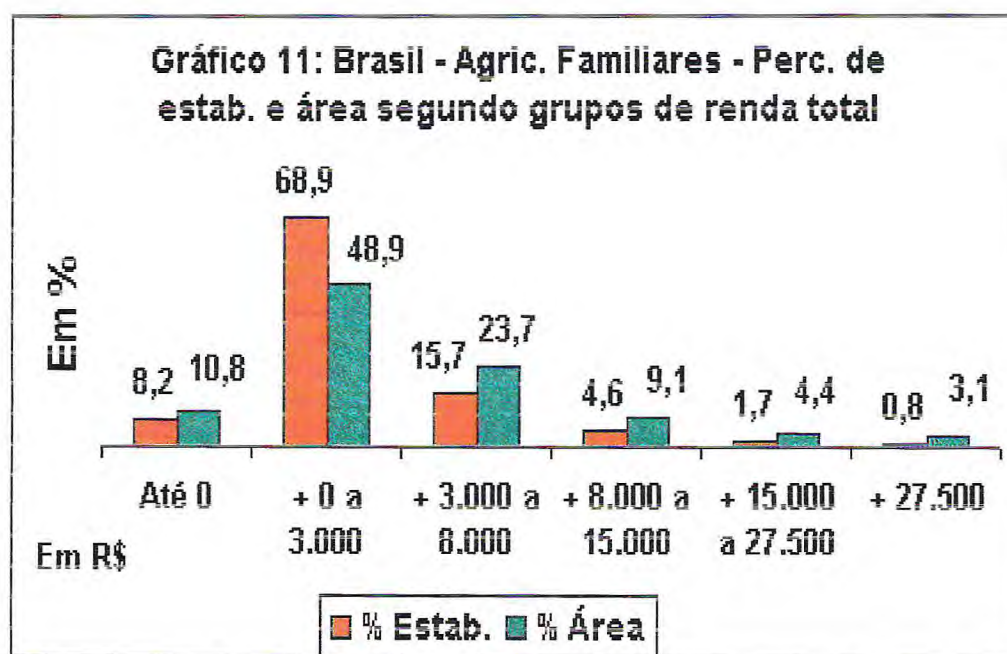
TABELA 17: Agricultura Familiar - Participação percentual dos produtos na composição do VBP

REGIÃO	Pec. Corte	Pec. Leite	Suínos	Aves/Ovos	Café	Arroz	Feijão	Fumo	Mand.	Milho	Soja	Outros
Nordeste	13,6	13,7	2,2	6,5	0,8	4,5	9,8	0,6	7,3	6,3	0,1	34,5
Centro-Oeste	26,0	25,3	2,6	6,5	0,8	3,2	1,2	0,0	2,3	8,7	10,8	12,7
Norte	11,6	10,6	1,9	4,3	4,1	4,6	2,8	0,1	25,4	3,1	0,0	31,6
Sudeste	9,9	19,5	1,5	6,5	12,4	0,7	2,2	0,0	1,6	6,4	1,9	37,5
Sul	5,4	9,2	9,7	15,2	0,5	2,7	2,9	8,7	3,9	11,5	13,3	17,1
BRASIL	9,5	13,3	5,6	10,5	3,5	2,7	3,8	4,2	5,5	8,7	7,4	25,4

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

A Renda Total(RT) dos estabelecimentos de acordo com o Gráfico 11, demonstra-se que os agricultores familiares possui RT do estabelecimento no intervalo entre zero e R\$ 3.000,00 ao ano, representando 68,9% dos agricultores familiares. Outros 15,7% possuem RT entre R\$ 3.000,00 e R\$ 8.000,00. Apenas 0,8% dos agricultores familiares tem RT superior a R\$ 27.500,00 por ano.



Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Constata-se através da TABELA 18, que entre as regiões existem diferenciações por exemplo, na região Nordeste, 92,7%(1.905.534) dos estabelecimentos familiares têm Renda Total inferior a R\$ 3.000,00. Já na região Sul, o percentual de estabelecimentos com RT superior a R\$ 3.000,00 ao ano, representa 48,6% dos agricultores familiares.

Tabela 18: Agricultura Familiar - Participação percentual dos estab. e área segundo os grupos de renda total (Em Reais)

GRUPO DE RT	Até 0,00		Mais de 0,00 a 3.000		Mais de 3.000 a 8.000		Mais de 8.000 a 15.000		Mais de 15.000 a 27.500		Mais de 27.500	
	% Estab	% Área	% Estab	% Área	% Estab	% Área	% Estab	% Área	% Estab	% Área	% Estab	% Área
Nordeste	7,0	8,8	85,7	67,9	5,8	16,5	1,0	4,2	0,3	1,7	0,2	1,0
C. Oeste	14,9	18,2	49,4	33,1	23,5	24,5	7,1	11,4	3,1	6,7	2,1	6,0
Norte	5,2	8,5	67,1	54,6	22,2	26,2	4,0	6,8	1,1	2,5	0,5	1,3
Sudeste	14,7	14,7	55,1	38,9	19,6	25,2	6,4	11,2	2,7	5,9	1,6	4,2
Sul	6,6	7,9	44,8	30,0	31,3	31,8	11,6	16,5	4,0	8,3	1,8	5,5
BRASIL	8,2	10,8	68,9	48,9	15,7	23,7	4,6	9,1	1,7	4,4	0,8	3,1

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Conforme pesquisa da FAO/INCRA, cerca de 19% dos agricultores familiares apresentam Renda Monetária dos estabelecimentos negativos, representando 10,6 pontos percentuais acima dos estabelecimentos que apresentam RT negativa ou nula. Esta diferença representa basicamente o valor da produção destinada ao autoconsumo. Muitos agricultores familiares, em especial os mais descapitalizados, utilizam-se de rendas não agrícolas para investir em seus estabelecimentos. A renda monetária obtida pode ser inferior ao valor gasto (renda monetária negativa), mas a produção para o autoconsumo normalmente compensa a despesa (TABELA 19).

**TABELA 19: Agricultura Familiar - Participação percentual dos estab.
segundo grupos de renda monetária (Em Reais)**

REGIÃO	Total de Estab. (número)	PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS (%)					
		Até 0	Mais de 0 a 3.000	Mais de 3.000 a 8.000	Mais de 8.000 a 15.000	Mais de 15.000 a 27.500	Mais de 27.500
Nordeste	2.055.157	19,6	76,0	3,3	0,7	0,2	0,1
Centro-Oeste	162.062	23,1	51,0	16,6	5,2	2,3	1,8
Norte	380.895	10,5	72,6	13,4	2,5	0,7	0,4
Sudeste	633.620	24,5	53,9	14,1	4,4	1,9	1,2
Sul	907.635	16,0	53,7	20,2	6,3	2,4	1,3
BRASIL	4.139.369	18,9	66,5	10,1	2,8	1,1	0,6

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

CONCLUSÃO

A principal conclusão após o exame da estrutura e do funcionamento dos estabelecimentos agrícolas familiares é a nítida importância que eles têm como empregadores de mão-de-obra e como geradores de renda monetária e não-monetária para as famílias das zonas rurais da região Nordeste do Brasil.

Concluimos que a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Ocupando áreas bem menores que a agricultura patronal e recebendo bem menos financiamentos, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional. E que a participação da produção agrícola familiar em produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos que compõem a pauta de exportação agrícola brasileira é bastante significativa.

Outro fator de destaque da agricultura do tipo familiar é a importância que tem na fixação do homem do campo, impedindo que haja crescimento do êxodo rural para os grandes centros urbanos. É preciso que haja uma melhor distribuição de terras entre os produtores rurais, sendo esse acesso insuficiente a terra, a causa principal da pobreza rural.

Considerando-se somente a pequena área disponível e que uma grande parte dos estabelecimentos familiares está situada na região do semi-árido nordestino ou seja, com 58,8% de minifúndios com menos de 5 hectares (Tabela 9), diminui-se ainda mais as perspectivas desses agricultores familiares de melhoria e potencialização de seus sistemas produtivos. Sendo assim, um questão lógica de propriedade da terra, de uma melhor distribuição agrária, equilibrada que beneficie não apenas a pequenos grupos de produtores como a região Sul e Sudeste.

No entanto cabe salientar que esse tipo de atividade agrícola baseada na produção familiar vem apresentando a sua participação reduzida na economia brasileira, sem no entanto, essa queda significar perda de importância relativa.

Conclui-se que essa produção familiar é bastante heterogênea, pode ser pequena, média ou grande dependendo das condições ofertadas de incentivos técnico e financeiro para a sua qualificação.

À luz da bibliografia consultada, constou-se também que não há desenvolvimento sem agricultura, ou seja, em países desenvolvidos o processo de desenvolvimento se deu através de incentivos do governo a agricultura, principalmente do tipo familiar. Desta forma, resta uma urgente tarefa a realizar no Nordeste brasileiro, necessitamos de um novo enfoque mais amplo para o desenvolvimento da agricultura que contemple os múltiplos aspectos da vida rural. A redução das desigualdades econômicas e a criação das condições sociais mais adequadas devem ser preocupações centrais do esforço dedicado ao setor rural.

Através dessa orientação ficam explicitados que os objetivos de desenvolvimento do Nordeste devem ser econômicos e sociais e não haja apenas o propósito de um máximo crescimento quantitativo às expensas de um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar: a base da valorização do meio rural. In: **Congresso de Solos**, Rio de Janeiro, Jul/1991. CTA-2M.

_____. **Entrevista cedida ao GIPAF**, disponível através do site: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/links>, Abril, 2000.

ABRAMOVAY e VEIGA. **Análise (diagnóstico) da Inserção do Pronaf na Política Agrícola. – Projeto de Pesquisa** - São Paulo/Brasília: 1996. Convênio FIPE/IPEA 07/97.

ALTIERI, M. A . Por que estudar la agricultura tradicional? In: **Agroecologia y Desarrollo**. Año 1, n.º 1 1991. P. 16-24.

BRANDÃO, Wilson. **A reforma Agrária Solidária do Ceará**. Disponível através do site: <http://www.daterra.org.br/semce/ceara.htm>, Novembro, 1998.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Culteix. P.226-255. 1997.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la undad económica campesina**, Tradução de Rosa Maria Russheich, Buenos Aires: Nova Vision. 1996.

DE JANVRY, A.et al. Impactos de la crisis en la Economia Campesina. In: JORDAN, F.

DOMINGUEZ, José F.R. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível através do site: <http://www.cati.sp.gov.br/cotacao/pronaf.html>, Outubro, 2000.

ESCÓRCIO, J. R., DENARDI, R. A. **Comercialização de produtos agrícolas**, versão brasileira do Manual de Gestão Prática de Fenaund Vicent. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993, 41p.

FAO/INCRA. Dados sobre agricultura familiar e patronal, disponíveis no site: <http://www.incra.gov.br/fao/12p2.hym>, Outubro, 2000.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília, Projeto UFT/BRA/036, 1996.24p.

FERRARI, E. A. Desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência do CTA-2M. In: **XXV Congresso Brasileiro de Ciências do Solo.** P.1-22, Viçosa, ago/1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. Ferreira, **Dicionário da Língua Portuguesa,** Nova Fronteira, 1996.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 20ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO,** Brasília, 2000.

JORDAN, F. **La Economía Campesina: Crisis, reactivación y desarrollo,** San José, Costa Rica. IICA. 1989. P. 91-206

LEMOS, J.J.S. **Mapa da pobreza no Brasil: Uma contribuição para construir uma pauta de agenda de desenvolvimento econômico sustentável para o país.** Fortaleza. 1999. Mimeografado.

MARTINS, Rogério Parentoni, **Grupo de Estudos Interdisciplinares da UFMG,** Belo Horizonte, 2000.

ROCHA, A.G.P. **Agroecologia e agricultura familiar.** V.1, n.º 1, p.22-26, Salvador, 1996.

SIDERSKY, P. **Agricultura familiar: uma opção para o Brasil.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 20p.

SOUSA, R.N.S. **Agricultura Familiar e Manejo Sustentável na Ilha de São Luis, Ma.** Universidade Estadual do Maranhão, curso de Mestrado em Agroecologia. 1999.(Dissertação de Mestrado).

SOUSA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico do Brasil**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1993.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.º 3, p. 383-404, 1996.

VENEGAS, R. V. J. , SIAU, G. Conceptos, principios y fundamentos para el diseño de sistemas sustentables de producción. In: **Agroecología y Desarrollo**. 1996. P 15-28.